



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12453 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

O ENSINO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CULTURAL DE VIGOTSKI E O CONCEITO DE DEFECTOLOGIA

Natália Moreira de Carvalho Campos - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Kaciana Nascimento da Silveira Rosa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

O ENSINO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CULTURAL DE VIGOTSKI E O CONCEITO DE DEFECTOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

No contexto educativo, diversas pesquisas visam descobrir e analisar como construímos o nosso conhecimento e desenvolvemos a nossa inteligência, porém, em muitas, não existe a preocupação exclusiva com o processo de aprendizagem. Algumas teorias conceituam a aprendizagem de forma diferente, exatamente porque compreendem o processo de aquisição do conhecimento e de desenvolvimento de forma diferenciada: conhecê-las é importante para propiciar reflexões sobre a prática docente. (LAKOMY,2008).

Segundo a autora Lakomy (2008):

(...) podemos afirmar que o conhecimento dessas teorias, em particular no âmbito escolar, inspira o uso de estratégias sobre como o professor poderia estimular o desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do seu aluno de forma mais produtiva e duradoura. (p.18).

A cada dia, tem se observado a necessidade de práticas docentes diferenciadas, mais dinâmicas e planejadas, principalmente, quando se trata do de alunos com deficiência. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico e exploratório, tem como objetivo investigar os estudos sobre a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e de como os escritos de Vigotski sobre a defectologia e a aprendizagem no contexto da perspectiva histórico-cultural podem

contribuir para o desenvolvimento desses alunos. Como tem-se 03 professoras de Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Estadual de Ensino do Governo do Estado do Maranhão. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas e formulários.

Conceituar a aprendizagem já é um desafio: muitos autores a caracterizam de formas diversas. No contexto da Educação Especial, não poderia ser diferente: o ensino do aluno com Deficiência Intelectual deve ter como essência o desenvolvimento de suas potencialidades, como afirmam Oliveira, Aparecida e Souza, (2013). Diante disso, esta pesquisa tem como foco os escritos de Vigotski (1987; 2022) sobre a aprendizagem na Perspectiva Histórico Cultural e considerando o conceito de Defectologia. Destacamos, também, os estudos de Lacomby (2008) sobre a aprendizagem e os estudos de Sasaki (1997) sobre inclusão, Rego (1995) e Bahia (2002). Já quanto a legislação brasileira sobre a temática, destacaremos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) e a Constituição Federal de 1988.

A história da educação especial no Brasil está marcada pela segregação e exclusão social e educacional. Ainda hoje se entende que garantir o direito à educação das pessoas com deficiência é um processo complexo e que exige ações políticas de diferentes dimensões. (FERREIRA, 1993). Em respeito ao princípio de igualdade social, destacamos o artigo 5º da Constituição Federal (1988), aonde se afirma que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (BRASIL, 1988).

Nos últimos anos, ações, tanto no âmbito social, quanto no âmbito educacional, têm promovido, implementado e incentivado a inclusão de Pessoas com Deficiência em escolas comuns (SASSAKI, 1997). Como princípio fundamental, Bahia (2002), considera que a inclusão se baseia na aceitação das diferenças individuais e na valorização do indivíduo, sabendo aceitar a diversidade, num processo de cooperação e conhecimento. Dessa forma, segundo Rego (1995), o papel social da escola considera que o ambiente escolar deve ser um lugar de aprendizagens e trocas diárias, de experiências que transformam o aprendiz através de erros e acertos. Deve ser um ambiente de ajuda contínua e entre todos e de incentivo e reforço à criatividade.

É necessário que a escola proponha atividades desafiadoras e que estimulem o pensamento, questionamento e aprendizagens diárias do aluno. O professor deve buscar sempre o aperfeiçoamento pedagógico de sua prática e usar artifícios como a imaginação, materiais concretos e jogos interativos como ferramentas diversificadas de ensino, principalmente, quando se trata do ensino do aluno com deficiência intelectual. Assim, a prática docente deve acontecer considerando o corpo, a cognição e a afetividade quanto à prática docente, principalmente no contexto da docência para a educação especial

(MAGALHÃES; CARDOSO, 2011).

2.1 Conceituando a Deficiência Intelectual

O termo deficiência intelectual surgiu nos primeiros anos do século XXI. Esse termo veio substituir, conceitualmente, a denominação “deficiência mental” (SASSAKI, 1997), na qual trata das pessoas com deficiências relacionadas à cognição e associadas ao intelecto e à adaptação social. Em conceito, a deficiência intelectual pode ser caracterizada como:

[...] um déficit de natureza cognitiva que provoca limitações na interação com o meio e se associa a dificuldade em áreas como a comunicação, habilidades de vida diária, habilidades sociais, autonomia, habilidades acadêmicas, dentre outras. Para se chegar a esse diagnóstico, essas dificuldades devem ocorrer durante o desenvolvimento infantil, portanto, antes dos dezoito anos de idade. (SOUZA; ALVES, 2018, p. 13).

Segundo Souza e Alves (2018) afirmam que quando a proposta é o ensino do aluno com deficiência intelectual, deve-se ter em mente que alguns processos associados à aprendizagem são comprometidos: atenção, a memória, a comunicação, a elaboração de estratégias, o pensamento abstrato são alguns deles. Esses processos são passíveis de serem trabalhados e aprendidos dentro de um plano eficaz de intervenção mediadora.

2.2 Conceitos Fundamentais Sobre a Construção Da Aprendizagem na Perspectiva Histórico-Cultural de Aprendizagem

Muito se fala sobre a importância de uma aprendizagem significativa. Marti Sala e Onrubia (apud COLL et al., 2000a, p. 232) destacam que a aprendizagem será muito mais significativa na medida em que o novo material for incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquirir significado para ele a partir da relação com o seu conhecimento prévio.

Bock (2005, p. 118), na mesma sintonia dos autores acima citados, resume a aprendizagem que se realiza “significativamente”, definindo-a e exemplificando-a da seguinte maneira:

[...] quando um novo conteúdo (ideias ou informações) relaciona-se com conceitos relevantes, claros e disponíveis na estrutura cognitiva, sendo assim, assimilado por ela. Estes conceitos disponíveis são os pontos de ancoragem para a aprendizagem. Por exemplo, nós estamos aqui apresentando a você um novo conceito: aprendizagem significativa. Para que este conceito seja assimilado por sua estrutura cognitiva, é necessário que a noção de aprendizagem apresentada pelos cognitivistas já esteja lá, como ponto de ancoragem. E esta nova noção de aprendizagem significativa servirá de ponto de ancoragem para o conteúdo que se seguirá.

Nos escritos de Vigotski (1989), as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são aspectos muito importantes, pois para ele o desenvolvimento é promovido pela aprendizagem, e a interação entre meio e indivíduo é essencial nesse processo. Para o autor (2001), o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VYGOTSKY, 2001). Na prática, o autor (1989), afirma que só existe a aprendizagem quando se interage com outras pessoas, ou seja, é um processo que depende

também do meio externo ao indivíduo. Segundo ele, existem etapas, e essas etapas são definidas como Zonas de Desenvolvimento. Dentre elas, a que o professor deve intervir, como mediador é a Zona de desenvolvimento proximal: representa o processo de aprendizagem do indivíduo – é a distância entre o que o indivíduo já sabe e o que o indivíduo pode aprender. Nesta zona, é que deve ocorrer a mediação pedagógica.

3.A Defectologia de Vigotski

Os estudos de Vigotski (1988) sobre o que ele definiu como defectologia, destacam - se quando se fala sobre desenvolvimento e sobre a aprendizagem das pessoas, principalmente, de pessoas com deficiência. A abordagem de Vigotski é contra o que hoje é chamado de uma visão deficitária da deficiência - o “ponto de vista orientado para o inválido” – seus estudos concentram-se na diferença. Esse tema atravessa seus textos como, por exemplo, quando afirma que “uma criança cujo desenvolvimento é impedido por um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida do que seus pares, mas uma criança que se desenvolveu de maneira diferente” (VYGOTSKY, 2001). Dentro de seus escritos sobre a defectologia, Vigotski (1987) afirma que as dificuldades impostas e/ou enfrentadas nos permitem alterar nossa própria linha de desenvolvimento: possibilitando a criação de mecanismos de compensação, com o objetivo de atingir as potencialidades do cada indivíduo (VYGOTSKY, 2001). Assim, a defectologia de Vigotski tem suas bases nos aspectos positivos da aprendizagem que um aluno com deficiência pode realizar, uma forma de considerar a deficiência como defeito, porém de forma a superá-la. Por isso, suas pesquisas indicam que é necessário conhecer a pessoa com deficiência, suas potencialidades, o estudante consegue e pode aprender. Para o autor (2001), a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno com deficiência não podem e nem devem se resumir às suas limitações patológicas.

Vigotski (1987), também ressalta o papel das funções mentais superiores. Em conceito, essas funções são, basicamente, a memória, a consciência, a observação analítica, a concentração, a verbalização, o raciocínio, a estruturação de definições razoáveis e a emoção. São denominadas como “funções mentais superiores” porque vão além dos mecanismos mais biológicos de pensamento, aqueles mais elementares, como: ações de reflexo imediatas e reações automatizadas, por exemplo. Já quando trata dos mecanismos de compensação, o empenho de Vigotski (2001) é tratá-lo sob o ponto de vista de encontrar novos caminhos, possibilidades, meios ou alternativas diferenciadas, aos quais, o indivíduo possa suprir as suas deficiências. Dessa forma, essa compensação, pode ser considerada como uma forma de romper barreiras na vida da pessoa com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos de Vigotski (1987;2022), a transformação do homem como ser biológico ao seu âmbito social e histórico ocorre quando este tem acesso à cultura. Para o autor, esse acesso deve fazer parte essencial da constituição do ser humano como espécie.

Nessa pesquisa, as docentes envolvidas foram questionadas sobre quais conhecimentos possuíam a respeito da Legislação que contempla o AEE e sobre as questões envolvendo as teorias de Vigotski sobre mediação e aprendizagem com alunos com Deficiência Intelectual: elas responderam que tinham conhecimento sobre a temática, porém a Assessoria de Educação Especial do Estado não pontuava em suas diretrizes a teoria, nem mesmo a indicava como um meio de intervenção promissor o AEE. Apesar do conhecimento sobre a legislação sobre o AEE, o trabalho desenvolvido com alunos com Deficiência Intelectual no Estado não tem orientações específicas. Além disso, poucas formações específicas sobre a temática. Quando questionadas sobre como vem sendo realizado o Atendimento Educacional Especializado com alunos com DI na Rede Estadual de Ensino, as professoras relataram falta de recursos materiais, carência de espaço adequado, falta de acessibilidade nas escolas, ausência de acompanhamento das práticas desenvolvidas, de formações docentes, bem como a difícil parceria com professores do ensino comum. E em decorrência disso, o trabalho nas SRMs da Rede Estadual, vinha acontecendo de forma diferenciada, a depender do conhecimento de cada professor.

Pode-se perceber o caráter essencialmente sociocultural que Vigotski dá à aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Segundo o autor (1989), é através da troca de experiências que o docente pode interferir na aprendizagem do aluno: como um mediador do processo de aprendizagem e posterior desenvolvimento. Nesse caso, o professor/mediador precisa planejar momentos e atividades pedagógicas e culturais, a fim de que o aluno possa ter acesso a diferentes espaços, ambientes e pessoas; e estabelecer com essas, as trocas necessárias para o seu enriquecimento social e cultural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 de set de 2022.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.
- _____. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial. Brasília: MEC, 2009. Acesso em: 21 ago. 2022.
- OLIVEIRA, A.; APARECIDA, C.; SOUZA, G. M. R. Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia. Anais Educere, 2008. Disponível em: acesso em: 15 set. 2022.
- LAKOMY, Ana Maria, Curitiba: Ibpex, 2008. OLIVEIRA, Z. M. R. Teorias Cognitivas da Aprendizagem Educação Infantil: 2ª edição. rev. fundamentos e métodos. 7º edição.
- FERREIRA, J. R. A exclusão da diferença A exclusão da diferença. Piracicaba: Unimep, 1993.
- SASSAKI, K. R. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA,

1997.

Rego, Teresa Cristina Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação I Teresa Cristina Rego.- Petrópolis, RJ : Vozes, 1995. - (Educação e conhecimento).

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L. B. Educação especial e educação inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (Org.). Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente. Brasília, DF: Líber Livro, 2011.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, Edusp, 1988.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Vigotski, Lev Semionovich Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.